



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 4, v. 1 nov 2015.-abr. 2016
p. 169-178.

João W. Nery - A trajetória de um trans homem no Brasil: do escritor ao ativista

João Walter Nery¹

Maria Thereza Ávila Dantas Coelho²

Liliana Lopes Pedral Sampaio³

RESUMO: O objetivo deste texto é discutir alguns aspectos da história de vida de um trans homem, ressaltando pontos que têm marcado a experiência de ser um homem transexual no Brasil. Retomando questões ligadas à saúde e outros temas, destaca as suas experiências como escritor e como ativista dos direitos humanos, principalmente no que tange à despatologização da transexualidade e à possibilidade de mudança do nome civil. Por fim, chama a atenção para a necessidade de melhor preparo dos profissionais da educação e da saúde para o trato com essa população.

PALAVRAS-CHAVES: transexualidade; gênero; saúde; literatura; direitos humanos.

Abstract: The objective of this paper is to discuss some aspects of the life history of a trans man, emphasizing points that have marked the experience of being a transsexual man in Brazil. Returning to health issues and other topics, it highlights his experiences as a writer and as a human rights activist, especially in regard to depathologization of transsexuality and the possibility of changing the legal name. Finally, it draws attention to the need for better training for educational and health professionals to deal with this population.

Keywords: transsexuality; gender; health; literature; human rights.

Resumén: El objetivo de este texto es discutir algunos aspectos de la historia de vida de un trans hombre, acentuando los aspectos que se han marcado la experiencia de ser un hombre transexual en el Brasil. Reanudando cuestiones relacionadas a la salud y otros temas, el autor destaca sus experiencias como escritor y activista de los derechos humanos, en especial a lo que se refiere a la despatologización de la transexualidad y a la posibilidad de cambio del nombre civil. Finalmente, se llama la atención sobre la necesidad de mejorar la preparación de los profesionales de la educación y la salud para el trato con la población trans.

Palabras clave: transexualidad, género, salud, literatura, derechos humanos.

¹ João Walter Nery é graduado em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), escritor, professor universitário, psicoterapeuta e pesquisador em gênero, especializado em Sexologia pelo Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia (IEDE). Membro fundador da Associação Brasileira de Homens Trans – ABHT e do IBRAT - Instituto Brasileiro de Transmasculinidade, sendo um dos seus conselheiros nacionais. Ativista dos direitos humanos com ênfase na causa LGBTTI. E-mail: joaownery1@gmail.com

² Maria Thereza Ávila Dantas Coelho - Graduação em Psicologia. Mestrado e Doutorado em Saúde Coletiva. Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenadora do grupo de pesquisa SAVIS – Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Saúde, Violência e Subjetividade (UFBA). Psicanalista membro do Colégio de Psicanálise da Bahia. E-mail: therezacoelho@gmail.com

³ Liliana Lopes Pedral Sampaio - Psicóloga, Arteterapeuta, participante do grupo de pesquisa SAVIS – Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Saúde, Violência e Subjetividade, da Universidade Federal da Bahia. E-mail: lilianalopesp@gmail.com

Recebido em 14/10/15

Aceito em 09/12/15

1. Introdução

No Brasil, a hormonização e demais intervenções corporais realizadas por homens trans têm proporcionado bons resultados no que diz respeito à aquisição da aparência masculina, o que contribui para a pouca visibilidade deste segmento da população (ALMEIDA, 2012). Isso faz com que a condição transexual dessas pessoas possa ficar despercebida socialmente. Embora essa invisibilidade seja desejada por muitas pessoas trans, isso não pode ser generalizado. Alguns se engajam no ativismo político e assumem uma identidade de trans homens, mesmo que o processo transexualizador lhes possibilite a omissão da sua transexualidade. Tal é o caso de um dos autores deste artigo. A história de vida de João nos mostra que ele viveu 34 anos “no armário”⁴ até que pudesse aparecer na mídia. Esta o considerou o primeiro trans homem do Brasil que se submeteu a algumas intervenções cirúrgicas no seu corpo. Objetivamos, com este texto, retomar alguns aspectos da sua história de vida, revelando e discutindo, ao mesmo tempo, alguns pontos que têm marcado a experiência de ser um trans homem neste país.

2. Breve histórico

João nasceu no Rio de Janeiro em 1950 e viveu até os 27 anos com um corpo de anatomia feminina. Formou-se em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e especializou-se em Sexologia pelo Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia (IEDE). Foi mestrando em Psicologia da Educação pela Universidade Gama Filho (UGF) e lecionou em três universidades (Gama Filho, Hélio Alonso e Celso Lisboa), além de ter mantido um consultório de psicoterapia, ainda com uma identidade social feminina. Fez a mamoplastia masculinizadora e a pan histerectomia durante a ditadura militar em 1977, vinte anos antes das cirurgias serem legalizadas⁵. Aos 37 anos, assumiu a paternidade da gravidez de sua mulher e, aos 13 anos, contou para o seu filho a sua própria história, o que os aproximou ainda mais. Hoje, seu filho está com 28 anos, casado e formado em Engenharia Mecânica.

⁴ No Brasil, “viver no armário” ou “sair do armário” são expressões que dizem respeito, respectivamente, a ocultar ou revelar a orientação sexual e/ou identidade de gênero.

⁵ No Brasil, a legalização desses procedimentos, para as pessoas transexuais, ocorreu inicialmente no sistema privado, em 1997, através da Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.482. No sistema público de saúde, isso se deu em 2008, através das Portarias 1.707 e 457, que instituiu e regulamentou, respectivamente, o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2008). Em 2013, o Ministério da Saúde, através da Portaria nº 2.803, redefiniu e ampliou o processo transexualizador, incluindo nele pessoas travestis, e ressaltou a necessidade da integralidade da atenção à saúde das pessoas transexuais e travestis, não restringindo ou centralizando essa atenção nas cirurgias de transgenitalização e demais intervenções somáticas (BRASIL, 2013).



Após sua cirurgia, por falta de uma legislação própria para a condição transexual e por sua iniciativa, tirou uma nova documentação para poder se articular socialmente. Como consequência, perdeu todos os seus direitos anteriores, inclusive o currículo escolar e profissional, tornando-se um analfabeto. Passou, então, a exercer várias profissões para poder sobreviver: pedreiro, pintor, vendedor, cortador de confecção de roupas, massagista de shiatsu, entre outras. Por possíveis sequelas pela aplicação de testosterona durante 38 anos, apresenta hoje uma artrose sistêmica. Tem cinco próteses, três órteses e o histórico de um enfarto ocorrido em 2011.

João escreveu dois livros autobiográficos: Erro de pessoa - Joana ou João (publicado em 1984, pela Editora Record) e Viagem solitária - memórias de um transexual 30 anos depois (publicado em 2011, pela Editora Leya). O segundo é uma atualização e continuação da sua história. Ele deve a sua primeira publicação à ajuda de Ruth e Antonio Houaiss, que lhe presentearam com a orelha do livro, concluindo: “Leiam e humanizem-se”. A publicação de seu segundo livro contou com a ajuda de Mary e Zuenir Ventura e dá seguimento a sua trajetória até os 61 anos de idade. O livro Viagem solitária foi agraciado com dois prêmios de Literatura: o Prêmio Astra – da Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro (2011) - e o da 10ª Parada Gay de São Paulo (2012). Em 2011, ele recebeu o prêmio Arco Íris de Direitos Humanos em “Visibilidade Trans”, dado pela 16ª Parada de Orgulho LGBT do Rio de Janeiro. Em dezembro de 2013, a Secretaria de Cultura da prefeitura de São Paulo e o Itaú-Cultural de São Paulo aprovaram o projeto para fazer um filme de longa metragem sobre seu livro Viagem solitária. Em 2014, um dos temas da Parada de Orgulho LGBT de São Paulo foi a Lei João W. Nery.

3. Saindo do “armário”

João se viu obrigado a exercer o anonimato por mais de três décadas para não ser preso. Considera que a sociedade de hoje encontra-se mais preparada para discutir acerca da transexualidade. Seu crime da dupla identidade já foi prescrito e para dar maior credibilidade à publicação do seu segundo livro resolveu se tornar visível e aceitar convites da mídia, colaborando assim com a trajetória de outros trans homens. Deu depoimentos para programas de TV (NERY, 2012) – tais como De frente com Gabi, Superpop, Programa do Jô, Altas Horas, A Liga, Balanço Final, Provocações, Canal Fiocruz, Tabu Brasil, entre outros -, bem como entrevistas para jornais e revistas de circulação nacional e internacional⁶. Participou como palestrante em congressos, seminários, mesas redondas e ONGs pelo Brasil, divulgando sua história e contribuindo para a

⁶ Vide <http://www.polityka.pl/swiat/ludzie/1526819,1,joo-nery-uwieziony-we-wlasnym-ciele.read>.



reflexão sobre a diversidade sexual e seus direitos. A sua trajetória como escritor produziu efeitos importantes em sua vida: “Nunca imaginei que ao lançar meu segundo livro minha vida mudaria radicalmente. Não mais como um *freak* de Joana para João, mas como um elemento visibilizador de um segmento praticamente desconhecido - os transhomens”.

O compartilhamento de sua história possibilitou a muitas pessoas se identificarem com ele, ou identificarem seus amigos, parentes, dentre outros⁷. A procura por ajuda em todos os níveis foi tão grande que João se viu obrigado a se familiarizar com as redes sociais para atender aos diversos pedidos: provenientes de pais de pessoas trans, que lhe pediam orientação; de filhos que não sabiam como se assumir perante a sociedade ou para os parentes; de trans homens que até então se autodeclaravam lésbicas masculinas, por desconhecerem outras categorias, e que já tinham tentado suicídio e viviam à base de antidepressivos; de indicação de profissionais especializados; de travestis e trans mulheres que, surpresas, perguntavam-lhe se os trans homens tinham pênis ou não. Até heterossexuais homofóbicos vieram lhe agradecer por terem se libertado do preconceito com a leitura do livro, o que fez João declarar: “Tornei-me uma espécie de psicólogo virtual”.

No início do seu ativismo, João se posicionou como um libertário, sem filiação a nenhuma instituição ou partido político. Sua luta passou a ser pelos direitos humanos, não se restringindo à causa LGBT. Foi rompendo, então, alguns tabus dentro da própria comunidade trans, quando não negou seu passado, mesmo depois das cirurgias, pois, como ele mesmo afirma: “Joana também sou eu e graças a ela me tornei o João que sempre fui”. Ao se declarar num blog (LUCON, 2012) como *transhomem*⁸, enfatizou o aspecto trans como motivo de orgulho, ressaltando a importância de se transcender o gênero e afirmando não querer ser um homem, tal como definido por uma sociedade que considera controladora, machista e misógina. Destaca-se, assim, da maioria das pessoas trans, que prefere usar a expressão identitária homem trans ou FTM (*Female to Male*), almejando se “encaixar” no binarismo sexual.

Dentre os demais tabus que colaborou para romper, na comunidade trans, encontra-se: a defesa do direito de um projeto de inseminação artificial (antes da pan histerectomia), para uma

⁷ O estudo de Ávila e Grossi (2010) apontou que a mídia, e mais recentemente a Internet, tem produzido identificações trans, ou seja, algumas pessoas têm se percebido como transexuais a partir da visão de um transexual na mídia ou cyberspaço.

⁸ Simone Ávila usou esse termo quando criou o site “Sou transhomem... e daí?” (abril de 2010). Explicou as razões desse uso em seu texto *Reflexões sobre igualdade, justiça e tecnologias no processo transexualizador do Sistema Único de Saúde*, apresentado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia (em julho de 2011, em Curitiba) e em seu trabalho *Trans Day NIGS 2010: uma proposta científica, artística e acadêmica de metodologia – ação no campo da transexualidade*, em coautoria com colegas do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades - NIGS, apresentado no V Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade; I Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade; I Encontro Nacional Gênero e Diversidade na Escola, realizado na FURG, em Rio Grande, em agosto de 2011, e publicado como *e-book*.



possível gravidez dos trans homens, sem que, com isso, sua identidade masculina fique comprometida; a defesa das várias orientações sexuais que um trans homem pode assumir, em função do seu desejo; o posicionamento contrário à patologização da transexualidade, questionando os “científicos” saberes biomédicos e jurídicos em relação às trans identidades⁹, confiando, assim, no princípio da integralidade do SUS. João considera a transexualidade apenas como uma das múltiplas formas de se expressar a sexualidade humana (através de identificações de modelos de gênero, socialmente disponíveis), sem nenhum caráter universal, natural, biológico ou genético.

4. Ativismo

Trans homens, assim como os outros termos de autodesignação, procuram dar vistas ao conflito entre características masculinas e femininas designadas / atribuídas / assignadas, a partir da observação (anterior ou posterior ao nascimento) de órgãos genitais, e a subjetividade do gênero das pessoas. Essas *transsubjetividades* ultrapassam o binarismo esperado socialmente, rompem com a heteronorma da sexualidade e negam o determinismo da anatomia dos corpos como critério único para a construção de gênero (NERY E MARANHÃO FILHO, 2013). Para João, declarar-se como trans homem, ter uma identidade inteligível (embora performática), é imprescindível para que se conquistem direitos, através de políticas públicas. Foi esse seu intuito quando participou da fundação da primeira Associação Brasileira de Homens Trans – ABHT, em 30 de junho de 2012¹⁰.

Os militantes eleitos em votação aberta na ABHT foram distribuídos de modo a ficarem responsáveis por algumas regiões brasileiras. Os transgêneros e os intersexuais também foram considerados membros da entidade, já que muitos deles têm uma sociabilidade no espaço trans e assim se autodeclaram. Dentre as muitas propostas da ABHT está a defesa do 3º Princípio de Yogyakarta: “Ninguém deve ser obrigado a submeter-se a procedimentos médicos, incluindo cirurgia de redesignação sexual, “esterilização” ou tratamento hormonal como requisito para o reconhecimento legal de sua identidade gênero” (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2006, p.14). Outras propostas são: a despatologização ou despsiquiatrização das transidentidades com garantias da manutenção e ampliação da assistência à saúde integral nos sistemas público e privado; a

⁹ As trans identidades abrangem uma série de opções que uma pessoa sente o desejo de adotar, temporária ou permanentemente, o comportamento e os atributos sociais de gênero (masculino ou feminino), em contradição com o sexo genital. Em alguns casos, este será o travestismo ocasional. Em outros, as pessoas podem viver alternadamente com duas identidades sociais, masculina e feminina, ou assumir uma posição intermediária, o gênero não marcado. Podem ainda viver plenamente no tipo de sexo oposto. Finalmente, algumas pessoas anseiam por uma modificação do corpo até a cirurgia de readequação sexual: aqui estamos falando especificamente de transexualidade, embora nem todas as pessoas transexuais optem por esse procedimento.

¹⁰ A respeito das relações entre a violência de gênero e a militância, ver Carvalho (2011).



aprovação de uma legislação específica que proteja a população trans contra a discriminação, garanta o uso do nome social em todos os espaços e a retificação de prenome e gênero, independente da realização da cirurgia de readequação corporal, hormonização ou de perícia médica e autorização judicial; o combate à transfobia nos espaços públicos e privados, tais como: escolares, estabelecimentos de saúde e prisionais, banheiros, delegacias, locais de internação coletiva, mercado de trabalho, famílias; e informar sobre o autocuidado e a redução de danos frente a processos de hormonização, cirurgias e infecções sexualmente transmissíveis.

Em junho de 2013, a ABHT promoveu, com a aprovação da Prefeitura de João Pessoa (PB), o primeiro encontro de Homens Trans do Norte e Nordeste, no qual estiveram juntos, pela primeira vez, 17 trans homens, além de gestores e acadêmicos. O objetivo foi fomentar a militância, o protagonismo dos homens trans, facilitando o processo de empoderamento do segmento e sensibilizar os gestores e acadêmicos quanto à garantia dos direitos desse segmento. Tratou-se de um feito histórico na construção da cidadania dos trans homens do Brasil.

Um dos objetivos da ABHT, que não existe mais, era promover, junto ao Ministério da Saúde, a ampliação da rede hospitalar, que hoje conta com apenas cinco equipamentos do SUS para fazer o processo transexualizador no país, sendo feita uma cirurgia por mês em cada nosocômio. Nem todos têm equipes multidisciplinares completas. As filas são enormes e há transexuais esperando a realização do procedimento há mais de 10 anos. Os que procuram médicos particulares geralmente esbarram com a exigência do laudo psiquiátrico, com a falta de recursos financeiros e com o despreparo de profissionais especializados para atendê-los. Sem autonomia, são obrigados a se sujeitar a um protocolo "científico" por dois anos e impedidos de concretizar qualquer decisão sobre alterações nos seus corpos. Ter uma identidade de gênero trans não se limita à realização de uma ou outra intervenção somática. Portanto, é compreensível que algumas pessoas não comecem o processo de modificações corporais por não terem acesso, por não poderem ou, simplesmente, por não desejarem, embora vivenciem individual e socialmente o gênero no qual se identificam.

Em meados de 2013 foi criado o IBRAT - Instituto Brasileiro de Transmasculinidade, que visa o desenvolvimento e monitoramento de pesquisas e discussões, formação política, incentivo à militância e controle social, que se abriu também aos não-binários e às pessoas cisgêneras que quisessem colaborar. João hoje é um dos fundadores e um dos conselheiros nacionais da instituição. Em 20 de fevereiro de 2015 (data que agora se comemora o dia do homem trans) foi realizado o primeiro encontro nacional de homens trans pelo IBRAT, em São Paulo, reunindo mais de 100 participantes.



Apesar da transexualidade, no DSM V, de 2013, ter passado a se chamar “disforia”, em substituição a “transtorno”, continua sendo considerada uma patologia. A Stop Trans Pathologization – 2012 é uma campanha internacional pela despatologização das identidades trans (transexuais e transgêneros) e pela sua retirada dos catálogos de doenças, dentre os quais o DSM (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders), da American Psychiatric Association, e o CID (Classificação Internacional de Doenças), da Organização Mundial da Saúde (OMS), que seria revisto em 2014 (STOP TRANS PATHOLOGIZATION, 2012). Aderiram a essa campanha mais de 300 grupos, redes e organizações da África, América Latina, Ásia, Europa, América do Norte e Oceania (BENTO, 2012). Ser um “disfórico de gênero” pode ser cômodo para alguns trans, por isentá-lo da responsabilidade de ser o agenciador de suas possíveis causas. Entretanto, acarreta uma série de desconfortos: retira a autonomia de seus corpos, obrigando-os a um protocolo baseado numa visão de que o cisgênero é o gênero normal; impõe que os não-normativos (transgêneros) se submetam por dois anos a testes, psicoterapias, questionários sexistas e ainda se moldem aos estereótipos dos profissionais do que é ser masculino ou feminino, para conseguir um laudo e a cirurgia. Também influencia negativamente as crianças trans a se verem como doentes e, por fim, o autoritarismo iguala a todos e não reconhece as diferenças.

5. Documentação

Um dos maiores problemas para a população transgênera continua sendo a falta de uma legislação de reconhecimento e protetora dos seus direitos civis. O nome social, além de não vigorar na maioria dos Estados brasileiros, não é cumprido como deveria. As iniciativas de legalização do nome social têm sido consideradas como insatisfatórias, na medida em que não resolvem os impasses e embaraços pelos quais passam as pessoas trans no uso de sua documentação civil, que restringem os seus direitos. Ademais, as diversas normas que dispõem sobre o uso do nome social são setORIZADAS e restritas a estabelecimentos da esfera pública. Assim, a legislação atual do Brasil não contempla, especificamente, as demandas do segmento das pessoas transexuais. Esses anseios necessitam ser agenciados através de ações judiciais, para que venha a ocorrer a adequação do nome ao gênero (VIEIRA, 2012, 2014).

Para preencher essa lacuna, o deputado federal Jean Wyllys e a deputada federal Érika Kokay protocolaram na Câmara, em 20 de fevereiro de 2013, o projeto de lei 5002/13, com o nome de João W. Nery – a Lei de Identidade de Gênero (WYLLYS E KOKAY, 2013). O projeto de lei garante o direito do reconhecimento à identidade de gênero de todas as pessoas trans no Brasil, sem necessidade



de: autorização judicial, laudos médicos ou psicológicos, cirurgias, hormonioterapias. Preserva todo o histórico, assegura o acesso à saúde no processo de transexualização, despatologiza as trans identidades para a assistência à saúde e preserva o direito à família frente às mudanças registras. Propõe, assim, que a psicoterapia só seja feita caso o interessado assim o desejar. O projeto foi feito com base na experiência da Lei de Identidade de Gênero da Argentina (aprovada em 2012), com o incentivo, trabalho e engajamento de vários ativistas e, sobretudo, com as demandas levadas pela antiga ABHT - Associação Brasileira de Homens Trans (NERY E MARANHÃO FILHO, 2013).

6. Considerações Finais

Devido aos diários pedidos de ajuda, através das redes sociais, João elaborou uma lista de profissionais especializados que podem atender às solicitações recebidas. Ele faz também o primeiro levantamento no Brasil, por Estado e pelo Facebook, dos homens trans brasileiros. O IBRAT hoje já tem 24 núcleos nos vários estados brasileiros. Infelizmente, em todo o país, só há uma graduação em Estudos de Gênero e Diversidade, iniciada em 2009, na Universidade Federal da Bahia. No curso de Psicologia da Universidade Estadual Paulista, localizada no campus de Assis/SP, a disciplina ‘Psicologia, Gêneros e Processos de Subjetivação’ é obrigatória no currículo. Portanto, há um desconhecimento e despreparo total no trato da população transgênera, seja da parte de profissionais, como da sociedade em geral, começando pela família e escola, que não têm projetos político-pedagógicos que contemplem a diversidade sexual. Não só a criança, como também o adolescente, precisa de orientação e apoio emocional para enfrentar a homo-transfobia.

O fato de vários universitários passarem a escolher a transexualidade masculina como tema para seus trabalhos e teses, solicitando João para dar depoimentos e indicações bibliográficas, fê-lo retomar seus estudos sobre gênero e sexualidade. Constatando que havia poucos artigos e livros sobre o assunto, ele voltou a escrever, desta vez em parceria com acadêmicos, sobre as trans masculinidades. João realiza etnografias digitais, compartilhando as trans experiências (experiências políticas) no ciberespaço, e publica em revistas e livros (NERY E MARANHÃO FILHO, 2013; GASPODINI E NERY, 2014; NERY E GASPODINI, 2015). As cartografias sobre tais vivências foram realizadas a partir de trabalho de inspiração etnográfica digital – marcado pela observação participante em fóruns, e-mails e grupos da rede social Facebook. Com esses textos, ele pretende abrir novos diálogos e tornar visíveis as trans vivências masculinas, ciente de que tais trabalhos não esgotarão o assunto. De escritor a ativista e de ativista a escritor, João segue reinventando sua vida, na perspectiva de que a sua experiência e o seu testemunho possam colaborar para a *trans-formação* de novos sujeitos.



Referências

- ALMEIDA, Guilherme. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v.20, n.2, p. 513-523, maio-agosto 2012.
- ÁVILA, Simone. 2010. *Sou transhomem... e daí?* Disponível em: <http://soutranshomemedai.webnode.com/>. Acesso em: 15 mar. 2013.
- ÁVILA, Simone. *Reflexões sobre igualdade, justiça e tecnologias no processo transexualizador do Sistema Único de Saúde*. Trabalho apresentado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia, Curitiba, 2011.
- ÁVILA, Simone; BLANCA, Rosa Maria; BOSCATTI, Ana Paula; OLIVEIRA, Rariulquer; FERREIRA, Vinícius Kauê; NUNES, Virgínia. Trans Day NIGS 2010: uma proposta científica, artística e acadêmica de metodologia – ação no campo da transexualidade. In: Paula Regina Costa Ribeiro, Luis Henrique Sacchi dos Santos (Orgs.). *Anais do V Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade; I Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade; I Encontro Nacional Gênero e Diversidade na Escola*. Rio Grande, RS: FURG, 2011. p.850-858. Disponível em: <http://www.pettercouto.com.br/ebook/index.html>. Acesso em: 14 jun. 2013.
- ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. Maria, Maria João, João: reflexões sobre a transexperiência masculina. *Anais de Congresso, Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, 2010.
- BENTO, Berenice. A campanha internacional de ação pela despatologização das identidades trans: entrevista com o ativista Amets Suess. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 481-484, Ago. 2012.
- BRASIL. *Portaria MS/GM 1.707/2008*. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 19 de agosto de 2008.
- BRASIL. *Portaria n. 457/SAS*, de 19 de agosto de 2008. Regulamenta o Processo Transexualizador no SUS. Disponível em: <http://cnes.datasus.gov.br/Portarias%5CPORTARIA%20N%C2%B0%20457%20de%2019%20de%20Agosto%20de%202008.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria n° 2.803*, de 19 de novembro de 2013.
- CARVALHO, Mario Felipe de Lima. A (im)possível pureza: medicalização e militância na experiência de travestis e transexuais. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n.8, p.36-62, ago. 2011.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. *Resolução n° 1.482*, publicada no D.O.U. de 19.09.97.
- DOMOSLAWSKI, Artur. *Entrevista Duas vidas de João*. Disponível em: <http://www.polityka.pl/tygodnikpolityka/swiat/1526819,1,joo-nery-uwieziony-welasnym-ciele.read>. Acesso em: 15 dez. 2013.
- GASPODINI, Icaro Bonamigo; NERY, João Walter. Transmasculinidades: provocações introdutórias. In: DIFANTE, Édison Martinho da Silva; PICHLER, Nadir Antonio; GUIMARÃES, Willian (Orgs.). *Filosofia, homoafetividade e mulheres: questões emergentes*. Passo Fundo, RS: Méritos, 2014. p. 75-90.
- LUCON, Neto. *Entrevista João Nery*. Disponível em: <http://www.nlucon.com/2012/04/entrevista-joao-nery.html>. Acesso em: 15 jun. 2013.
- NERY, João Walter. *Viagem solitária – memórias de um transexual trinta anos depois*. São Paulo: Editora Leya, 2011.
- NERY, João Walter. *Entrevistas do João*. 2012. Disponível em: http://www.youtube.com/playlist?list=PL6A63F8F265F760DF&ytsession=AronsOXEMT-KN747763FgZc34FSrlwULyH_PuEzPSEBat7Cd8mQ9wKQYsrulVOrfS5d6aid1OvE6K0ajda0eES7z53g9K6rIzLzGRASopaLOc84iSx2kZhKyFBxmhhERtbxBK6JNMAxpaYVVCgfyMi6hPLjuo0pjB4F4wrs8xM8SgEaHqrvdDPjmmI7O3ooryxzQmZWcwzxRe0i6ebGxMQ. Acesso em: 15 mar. 2013.



NERY, João Walter; GASPODINI, Icaro Bonamigo. Transgeneridade na escola: estratégias de enfrentamento. In: SOUZA, Rolf Malungo (Org.). *Coletânea Diversas Diversidades*. Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2015. p. 61-80.

NERY, João Walter; MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Transhomens no ciberespaço: micropolíticas das resistências. In: MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). (In)Visibilidade Trans 2. *História Agora*, v.16, nº 2, p. 139-165, 2013.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, Indonésia, 2006. Disponível em: http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 15 mar. 2013.

STOP TRANS PATHOLOGIZATION. *Manifesto*. 2012. Disponível em: <http://www.stp2012.info/old/pt>. Acesso em: 15 mar. 2013.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. Adequação de nome e sexo e a vulnerabilidade do transexual. In: VIEIRA, Tereza Rodrigues (Org.) *Minorias Sexuais: direitos e preconceitos*. Brasília – DF: Consulex, 2012. p. 375-396.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. Processo judicial e a adequação do nome e do sexo do transexual. In: Coelho, Maria Thereza Ávila Dantas; Sampaio, Liliana Lopes Pedral (Orgs) *Transexualidades: um olhar multidisciplinar*. Salvador: EDUFBA, 2014. p.211-224.

WYLLYS, Jean; KOKAY, Érika. *Projeto de Lei 5002/13. Lei de Identidade de Gênero João W. Nery*. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1059446.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2013.

